AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

SOBER XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, RESIDENTE NO MEIO RURAL, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS EM 2000.

NELLY MARIA SANSIGOLO DE FIGUEIREDO; PATRICIA ANDRADE DE OLIVEIRA E SILVA;

PUC-CAMPINAS

CAMPINAS - SP - BRASIL

NSFIGUEIREDO@UOL.COM.BR

PÔSTER

EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, RESIDENTE NO MEIO RURAL, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS EM 2000.[1]

RESUMO:
O desenvolvimento agrícola e a consolidação de complexos agroindustriais no Brasil em anos recentes foi acompanhado por mudanças no rural, que deixou de ser simplesmente agrário e incorporou novas atividades ao seu cotidiano. Na RMC, fatores associados ao desenvolvimento econômico regional e intensa urbanização também concorrem para a conformação do mercado de trabalho para a população rural. Nesse contexto, este trabalho busca caracterizar a PEA rural da RMC, os rendimentos no trabalho principal, escolaridade e atividades nas quais se ocupam, tendo em vista a importância das atividades não-agrícolas para a geração de renda dessa população. Nesse sentido, pretende ser uma contribuição ao estudo da pluriatividade na RMC, devendo-se observar que limitações da base de dados impedem que sejam identificadas as atividades nos demais trabalhos. São utilizados os microdados do Censo 2000, sendo analisadas as pessoas residentes no meio rural com mais de 10 anos de idade.
Em 2000, apenas 36,7% da PEA rural da RMC tinha trabalho principal na agricultura, e os restantes se ocupavam em atividades não-agrícolas, como Serviços domésticos, Construção

[1] Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

civil, Indústria de Transformação, Comércio, Serviços. Características educacionais dessa população constituem-se limitações a sua colocação em setores de melhores remunerações, já que cerca de 67% não possuem o primeiro grau completo e apenas 3%, o diploma universitário. De fato, as atividades onde se concentra a PEA rural de menor escolaridade, também oferecem menores rendimentos médios e maior precariedade no trabalho. Para os empregados domésticos, por exemplo, os salários mensais médios não chegam a 1,7 salários mínimos, e apenas 9,5% contribuem para o INSS.
Esses resultados são preocupantes, por se tratar de região das mais desenvolvidas do país, e sugerem que, também na RMC, há que se investir na educação da população rural, como forma de propiciar melhores colocações no mercado de trabalho e aumento da renda.

Palavras Chave: desenvolvimento socioeconômico; Rendimento do trabalho; pluriatividade no rural.

ABSTRACT:
Agriculture development and the consolidation of agribusiness in Brazil in recent years was followed by changes in rural space, that became more than agrarian, by incorporating new non-agrarian activities. In Campinas Metropolitan Region (RMC), factors associated to regional economic development and intense urbanization process also contribute to the configuration of the labor market faced by rural inhabitants. This paper aims to characterize the economic active population that still lives in rural areas of Campinas Metropolitan Region, the wages, sector of activity where this population is occupied, level of schooling, among others, supported by the importance of non-agriculture activities for complementing the budget of this population. In this sense, this paper aims to contribute to the discussion of pluriativity in the Campinas Metropolitan Region, in spite of data limitations. Data utilized are the sample of 2000 Brazilian Demographic Census, for rural residents above 10 years old. The results show that in 2000 only 36,7% of workers living in the RMC had agriculture activity as a principal job. Other important activities, in decreasing order, were: household services; civil construction, transforming industry, commerce and services. Formal education of this population may create limitations in labor market inclusion: about 67% have les than 7 years of school, and only 3% had university grade. Less education showed to be associated to lower mean income and lower percentage of workers with security assistance. As example, the persons that worked as household keepers had a mean wage smaller than 1,7 minimum salary (about US$140 a month), and only 9,5% had social security contribution.
Given that Campinas Metropolitan Region is one of the most developed in the country, the results indicate that it is necessary to invest in education as a means of offer better employment opportunities and income increase for those that, living in rural areas, search to increase income through non-rural jobs.

Key words: socioeconomic development; wages; rural pluriativity

INTRODUÇÃO

Os processos de industrialização e urbanização recentes no Brasil têm aproximado, cada vez mais, o meio urbano ao meio rural, causando modificações estruturais neste ambiente. As áreas rurais, vistas somente como produtoras agrícolas, passaram a incorporar novas atividades ao seu cotidiano, atividades que atendem também ao meio urbano.De um

lado, várias atividades caracteristicamente urbanas se instalam no meio rural, como por exemplo unidades fabris ou então unidades de prestação de serviços de lazer. Ao mesmo tempo, a proximidade com o meio urbano fez com que muitas pessoas, que antes se ocupavam exclusivamente das atividades agrícolas, buscassem, no meio urbano, uma complementação para seus rendimentos.

Esse novo cenário rural já existe em muitos países, podendo-se caracterizar esse novo trabalhador, chamado de *part-time farmer* **(**agricultor em tempo parcial), como ... "um agricultor que combina atividades agrícolas com atividades não–agrícolas, tanto nos ramos urbano-industrial, como nas novas atividades que vem sendo oferecidas pelo meio rural (lazer, turismo, prestação de serviços pessoais, etc.), caracterizando um cenário de pluriatividade combinando atividades agrícolas e não-agrícolas". (Graziano da Silva 1997:4)

No Brasil, as novas formas de geração e complementação de renda que surgiram no meio rural, têm contribuído para o aumento do nível de renda da população rural[2]. Essa tendência registrada nas áreas rurais do Brasil, pode estar presente também na Região Metropolitana de Campinas (RMC), que, ..."pelo seu dinamismo econômico e do processo de interiorização do desenvolvimento do Estado de São Paulo, a RMC destaca-se por apresentar, desde o início da década de 80, padrão demográfico semelhante ao das grandes metrópoles nacionais já consolidadas." (Cano, 2002:406)

A RMC, composta por 19 municípios, especializou-se na produção e venda de produtos de alto conteúdo tecnológico, e de alto valor agregado. No entanto, paralelamente, a agroindústria da região também é forte, e em alguns municípios a agricultura ainda tem papel relevante. Nesse ambiente metropolitano, o meio rural está cada vez mais modernizado e exposto a incentivos para que neste se ampliem atividades não-agrícolas. Como exemplo, o município de Holambra apresenta atividades agrícolas e de comércio bastante fortes, pela intensa produção e comercialização de plantas ornamentais.

Tendo em vista esse panorama, este artigo se propõe a discutir a pluriatividade nos municípios da RMC em 2000, tendo como referência os microdados do Censo 2000. São analisadas as pessoas residentes no meio rural, com 10 anos ou mais, e rendimento total do trabalho positivo, visando identificar as principais atividades de que se ocupam no trabalho principal, como uma aproximação à caracterização da pluriatividade na região. Neste aspecto, devido à limitações dos dados do Censo, não é possível identificar a ocupação nos trabalhos secundários dos entrevistados, o que contribui para uma subestimação da pluriatividade na RMC. Também são investigados os rendimentos, a escolaridade e a contribuição à previdência social, com o propósito de detectar padrões distintos entre os grupos de atividades quanto a essas variáveis.

A amostra é composta pelos residentes no meio rural com mais de 10 anos de idade, e rendimento total do trabalho positivo nos 19 municípios que compõem a RMC. Para a elaboração de tabelas sobre o meio rural da RMC, foi utilizado o *software* SPSS.

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO RURAL BRASILEIRO.

As mudanças ocorridas no meio rural nos levam a crer que ele se tornou uma continuação do meio urbano, pela mistura de atividades que fazem com que tanto o meio urbano não seja caracterizado somente como tipicamente não agrícola (industrial, comercial, etc.), e o meio rural como agropecuário.

O crescimento da agricultura nos últimos 40 anos baseou-se, fortemente, na tecnologia. Como apontado por Gasques *et al*, 2003, grande parte dos bons resultados da agricultura se deve ao crescimento da produtividade nas lavouras e na pecuária, fato este

[2] Deve-se observar que população rural refere-se àqueles residentes rurais, enquanto que população agrícola diz respeito às pessoas ocupadas na agricultura, residentes rurais ou urbanos.

explicado por fatores como: tecnologia (variedades, formas de cultivo), mecanização, crédito, relações de troca (preços relativos dos insumos), melhoria na organização e gestão dos negócios, características marcantes do *agribusiness* no Brasil atualmente. Destaca o mesmo trabalho que, entre os fatores definidores do incremento da produtividade encontram-se a tecnologia desenvolvida por várias instituições de pesquisa – com destaque para a Embrapa, e a melhoria do maquinário e implementos agrícolas, destacando o acréscimo de cerca de 191% nas máquinas agrícolas vendidas entre 1996 e 2002.

Analisando dados recentes sobre indicadores de modernização agrícola no Brasil, Figueiredo e Corrêa (2006) apontam que entre 2001 e 2003 houve uma expansão substancial das lavouras de exportação no Brasil, concomitante a um aumento da produtividade e da relação capital-trabalho pelo aprofundamento da utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra (mecanização, herbicidas, etc.). As autoras mostram nesse trabalho que, nesse curto período de tempo, houve queda do numero de pessoas ocupadas por área cultivada, indicando que, não obstante a expansão agrícola promova a criação de empregos, os efeitos negativos sobre o emprego associados à tecnologia utilizada podem superar os primeiros.

Vale notar que a mecanização da produção e a introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, a expansão da área produtiva, o surgimento de novas culturas e variedades com distintos requisitos de manejo, e não menos importante, o cenário de abertura comercial e financeira da economia brasileira se destacam como fenômenos importantes, subjacentes às mudanças que ocorreram na ocupação das pessoas no meio rural em anos recentes, como indicado em Ferreira (2006). No Brasil, a redução da ocupação agrícola tem sido dramática, apontando-se que este setor foi o que mais fechou vagas (8,98 milhões) entre 1990 e 2001, tendo como causa aspectos ligados à tecnologia. (Kupfer, D., apud Fernandes, 2004).

No entanto, a agropecuária é responsável, no Brasil, pela absorção de cerca de 20% da PEA, o que indica sua importância atual para a definição de empregos no país.

Dessa forma, são válidas as observações de Cerqueira e Rocha, de que "A modernização conservadora promoveu uma crescente marginalização dos pequenos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural bastante excludente e desigual. O processo de modernização da agricultura brasileira provocou o agravamento da questão agrária. Os problemas sociais no campo não só permaneceram, mas também aumentaram, refletindo-se no aprofundamento das desigualdades sociais e no aumento da pobreza nas áreas rurais, com reflexos nos grandes centros urbanos". (Cerqueira e Rocha , 2002:106),

Nesse contexto, há a emergência de um novo rural, composto tanto pelo *agribusiness*, quanto por novos sujeitos sociais, como mostra Graziano da Silva (2001), dentre os quais: novos moradores rurais que exploram novas atividades agrícolas e/ou passam a viver no meio rural e ocupar-se na cidade; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas; além de milhões de pessoas excluídas, sem emprego e sem terra. Ou seja, a própria sociedade teve que se adaptar a estas novas mudanças estruturais, econômicas e sociais que fizeram com que mudasse o estilo e a qualidade de vida da população rural.

Esta "nova sociedade" pode ser caracterizada através do crescimento das indústrias e do setor de serviços que trazem junto a eles, conseqüentemente, novas formas de geração de renda no meio rural, entre elas as atividades ou ocupações não-agrícolas. Assim, não é possível avaliar o meio rural somente pelo calendário agrícola, e sim por todas as ocupações existentes na área.

Juntamente com estas atividades não-agrícolas surge um novo tipo de trabalhador rural, o chamado *part-time farmer* conhecido no Brasil como trabalhador pluriativo (fenômeno chamado pluriatividade), que nada mais é do que o trabalhador que combina as atividades agrícolas com atividades não-agrícolas. Um simples exemplo é do trabalhador rural que enquanto produz em sua lavoura presta serviços como os de jardineiro, empregada

doméstica, pintor, etc.. Segundo Graziano da Silva (1997:5), a pluriatividade se caracteriza de duas formas: “a) através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais..., b) através da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o *managment* das atividades agropecuárias.”

Pela Tabela 1 observamos que, entre 1981 e 1997, houve um crescimento da população economicamente ativa residentes no meio rural (PEA rural) em quase todas as regiões, exceto Sul e São Paulo. Comparando-se a ocupação agrícola com a não agrícola, nota-se claramente um aumento desta última em todas as regiões. Entre 1992 e 1997, porém, nota-se uma inequívoca queda do emprego agrícola e um aumento do emprego não-agrícola entre os residentes rurais em todas as regiões, indícios claros do forte aumento da pluriatividade no Brasil recentemente.

Com base em Graziano da Silva e Del Grossi, é possível analisar, na Tabela 2, a composição da renda familiar per capita e a renda *per capita* das famílias rurais extensas, por posição na ocupação, em 1998. Nota-se que o rendimento médio das famílias pluriativas, em qualquer uma das ocupações, foi superior do que para as famílias agrícolas, e que para as famílias pluriativas, entre 33 e 40% da renda provinham de atividades não agrícolas.

Tabela 1. População Economicamente Ativa residente em áreas rurais segundo o ramo de atividade e a região de domicílio, Regiões do Brasil[1,] 1981/1997.

Grandes Regiões Modificadas (1)	"PEA" rural Ocupada	Milhões de pessoas			Taxas crescim. (% aa)			
		1.981	1.992	1.997	81-92[a]		92-97[b]	
Nordeste	Total	6,1	7.2	7.0	1,5	***	-0,8	
	Agrícola	4.5	5.6	5.3	1,8	***	-1,1	
	Não-agrícola	1.5	1.6	1.7	0,5		0,0	
São Paulo	Total	1.0	1.0	1.0	-0,1		-0,7	
	Agrícola	0.7	0.6	0.5	-1,0		-5,9	***
	Não-agrícola	0.3	0.4	0.5	1,6	*	5,9	***
Sudeste (-SP)	Total	2.3	2.3	2.3	0,1		-0,3	
	Agrícola	1.8	1.7	1.5	-0,8	**	-1,8	***
	Não-agrícola	0.4	0.6	0.7	3,3	***	3,5	***
Sul	Total	3.7	3.2	2.8	-1,2	***	-2,3	***
	Agrícola	3.0	2.6	2.1	-1,5	***	-4,1	***
	Não-agrícola	0.6	0.6	0.8	0,4		3,9	***
Centro-Oeste (+TO)	Total	0.8	1.0	1.0	2,6	***	-0,1	
	Agrícola	0.6	0.8	0.7	2,3	***	-2,8	***
	Não-agrícola	0.2	0.2	0.3	3,7	***	7,2	***

Fonte: Graziano da Silva e Del Grossi, 2004, com base nas Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Fevereiro 1999.

(1) Não inclui a Grande Região Norte , exceto o estado de Tocantins que está contado na região Centro Oeste

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

***,**,* : estatisticamente significativos, respectivamente, 5%, 10% e 20%.

Tabela 2 - Composição das Rendas familiar e renda per capita das famílias Extensas residentes no meio rural. Brasil, 1998 (R$ set. 1998).

Local de Domicílio/ Tipo de Família	Agrícola %	Não Agríc. %	Aposent./ Pensão %	Outras %	Rend.familiar *per capita* R$
TOTAL	5,5	73,8	15,5	5,2	254,04
URBANO	2,6	76,8	15,3	5,3	292,80
RURAL	37,7	41,5	17,3	3,6	102,75
Empregadora Rural	43,2	41,0	9,7	6,1	369,02
Agrícola	77,8	0,0	14,5	7,6	320,32
Pluriativo	49,7	33,9	9,6	6,7	323,21
Não-agrícola	0,0	91,7	4,5	3,8	514,37
Conta-Própria Rural	46,3	34,4	16,9	2,5	88,77
Agrícola	72,1	0,0	24,5	3,4	75,81
Pluriativo	46,7	39,7	11,6	2,0	84,57
Não-agrícola	0,0	88,9	9,5	1,6	139,03
Assalariados Rurais	32,1	55,9	9,9	2,2	95,89
Agrícola	87,1	0,0	11,0	1,9	66,47
Pluriativo	52,1	39,4	7,0	1,6	73,50
Não-agrícola	0,0	87,4	10,2	2,5	136,43

Fonte: Graziano da Silva e Del Grossi, 2004. (Tabulações especiais da PNADs 1998 para o Projeto Rurbano)

Analisando a composição da renda das famílias rurais, Kageyama (2004) nota que a participação da renda agrícola e da renda não-agrícola vem caindo deste 1992, enquanto que aumentam as participações de outras fontes de rendimentos, como aposentadorias, pensões e outros tipos de renda.O maior peso das aposentadorias na renda rural ocorre pelo "aumento dos números absolutos de pensionistas e aposentados na PEA rural, que passou de 1,48 milhão para 2,03 milhões (crescimento de 36,8%) entre 1993 e 2004". (Kageyama, 2004:72).

Portanto, as pesquisas sobre o rural brasileiro apontam para dois movimentos sobre a composição da renda das famílias: uma diz respeito à ampliação de atividades não agrícolas entre os residentes rurais; outra, é a ampliação do peso das aposentadorias rurais e pensões. Nos anos 2000, ganham peso as fontes de rendimentos advindas dos programas sociais do governo de combate à fome e desenvolvimento agrícola.

Nesse percurso, o rural deixou de ser simplesmente agrário e incorporou novas atividades a sua rotina, tanto através da produção no campo, como pelo emprego não agrícola nas cidades, fazendo com que a renda média do trabalhador aumentasse, apesar das novas ocupações serem, em geral, de baixa exigência quanto à qualificação (na maioria dos casos são ocupações para serviços domésticos, jardinagem, construção civil, pintura de paredes, etc.).

A baixa escolaridade dos residentes rurais é um fator que limita a qualidade do emprego fora do meio rural para os trabalhadores pluriativos. Segundo Hoffmann e Ney (2004: 4-5), apud Barros et. al (2001), "Do total de vinte países latino-americanos analisados por Barros et al (2000), a escolaridade média dos brasileiros é a segunda menor. O investimento em educação é ainda menor entre as pessoas ocupadas na agricultura. A escolaridade média dos agricultores, em 2001, era de 2,8 anos, enquanto que a média das pessoas ocupadas na indústria era de 6,7 anos, nos serviços 8,2 anos, na economia brasileira como um todo 7,1 anos de estudo." De acordo com a Figura 1, as regiões com maiores níveis de escolaridade no Brasil são o estado de São Paulo e a Região Sul. "A escolaridade média das pessoas ocupadas no setor primário em São Paulo é de 4,6 anos, no Sul, 4,1 anos, No Norte, 2,9 anos, no Nordeste, 1,7 anos, em MG+ES+RJ, 3,3 anos e no Centro-Oeste, 3,6 anos" (Hoffmann e Ney, 2004:8).

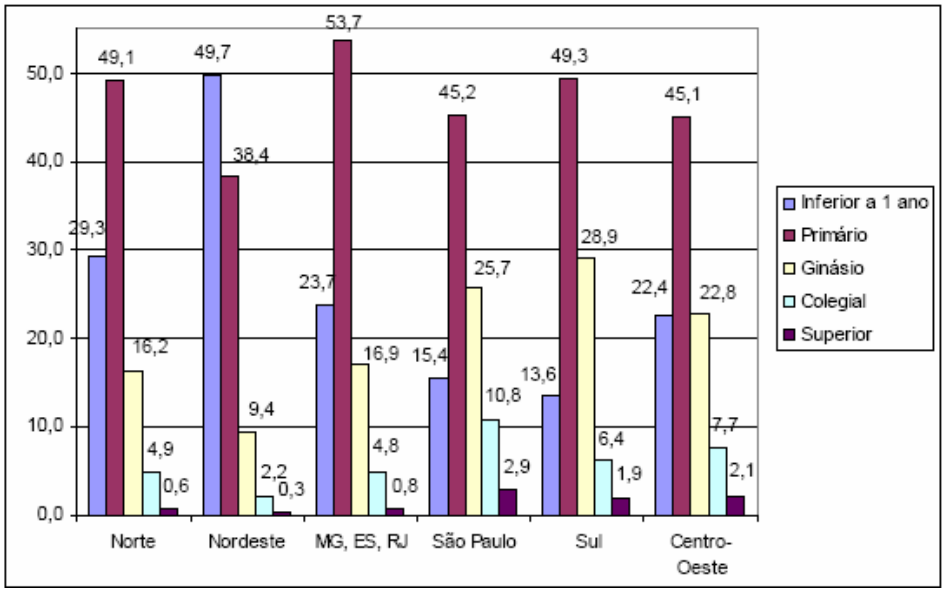

Figura 1 – Composição da População Ocupada na Agricultura em seis regiões Brasileiras*, conforme categoria educacional. Brasil, 2002.

Fonte: Hoffmann e Ney, 2004, com base nos dados da PNAD 2002.

* os dados sobre a região Norte não abrangem as áreas rurais de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Esses dados sobre a população agrícola constituem-se em forte indicativo da baixa escolaridade da população rural e do imenso entrave existente para o aumento da produtividade do trabalho; à medida que aumenta o uso de tecnologia agrícola, maior será a demanda de trabalhadores mais qualificados para executar as tarefas agrícolas. Por outro lado, trabalhadores liberados pela tecnologia, e que buscam ocupação *part-time* em atividades não-agrícolas, na cidade ou no campo, ficarão limitados em suas escolhas pela baixa qualificação. As conseqüências negativas sobre a renda, pobreza e desigualdade são evidentes.

Tendo em vista as constatações existentes para o Brasil, apresentadas até o momento, o presente trabalho pretende fazer uma análise exploratória da população economicamente ativa com residência rural (PEA rural) na Região Metropolitana de Campinas, visando identificar características de ocupação, renda e escolaridade dessa população, tópicos que serão abordados a seguir.

CARACTERIZAÇÃO DA PEA RURAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC), foi instituída em 19/06/2000, e é composta por 19 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo (SEADE, 2006:2). A RMC é de extrema importância para o estado de São Paulo, pois ela "concentra 1,4% da população brasileira e 6,3% da estadual" (Cano, 2002: 406). Segundo este autor, ""Em função do seu dinamismo econômico e do processo de interiorização do desenvolvimento do Estado de São Paulo, a RMC destaca-se por apresentar, desde o início da década de 80, padrão demográfico semelhante ao das grandes metrópoles nacionais já consolidadas."

Uma importante característica da RMC é a sua capacidade de influência em diversas áreas, inclusive em outros Estados, devido a "uma rede urbana densa e articulada, com grande facilidade de acesso, curtas distâncias e boas características do sistema viário, (...), modernas rodovias fazem a ligação de Campinas com a capital, o interior do Estado e o restante do país" (SEADE, 2006: 4). Assim, a RMC se especializou na produção e na comercialização de produtos exportáveis e de alta rentabilidade, o que fez com que o meio rural da RMC se expandisse e se articulasse com os setores da indústria e atividades terciárias (chamadas atividades não-agrícolas). (ver SEADE, 2006:7).

Analisando o meio rural, Cano observou que "Em 2000, o censo encontrou apenas cinco municípios da RMC (Holambra, Engenheiro Coelho, Santo Antônio de Posse, Jaguariúna, e Itatiba) que possuem taxas de urbanização menores que 90%, bastante inferiores ás médias da RMC (97,1%) e do Estado de São Paulo (93,4%)." (Cano, 2002:407)

Tendo em vista o crescimento populacional na região, seus municípios estão cada vez mais integrados, nas chamadas áreas de "conurbação" (junção), o que dificulta o trabalho de separação dos domicílios, entre rurais e urbanos, podendo prejudicar a análise.

Segundo dados do Censo de 2000, foram encontrados na RMC, 2.338.148 pessoas, sendo 69.043 moradores rurais, contra 2.269.105 moradores da área urbana. Nota-se na Tabela 3 que a presença rural ainda é extremamente forte em municípios como Holambra, com 3.273 habitantes e Itatiba, com 15.272 habitantes.

Tabela 3 – População dos municípios da RMC, segundo recorte urbano/rural, em 2000.

Município	Situação do Domicílio		Total
	Urbano	Rural	
Americana	182.159	434	182.593
Artur Nogueira	30.464	2.660	33.124
Campinas	953.030	16.366	969.396
Cosmópolis	42.468	1.887	44.355
Eng. Coelho	7.009	3.024	10.033
Holambra	3.938	3.273	7.211
Hortolândia	152.523	0	152.523
Indaiatuba	144.740	2.310	147.050
Itatiba	65.925	15.272	81.197
Jaguariúna	25.812	3.785	29.597
Monte Mor	34.173	3.167	37.340
Nova Odessa	41.110	961	42.071
Paulínia	50.762	564	51.326
Pedreira	34.132	1.087	35.219
Sta. Barbara d' Oeste	167.917	2.161	170.078
Sto. Antonio Posse	14.326	3.798	18.124
Sumaré	193.937	2.786	196.723
Valinhos	78.506	4.467	82.973
Vinhedo	46.174	1.041	47.215
Total	2.269.105	69.043	2.338.148

Fonte: IBGE. Censo de 2000, microdados.

Com o objetivo de compor grupos de atividades característicos para a PEA rural da RMC, foram criados 9 grupos distintos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Caracterização dos grupos de atividades analisados neste trabalho

Nome do grupo	Atividades
Agricultura	Agricultura, pecuária , silvicultura, exploração florestal e pesca
Serviços Domésticos	Serviços domésticos
Industria da transformação	Indústria da transformação; Produção de eletricidade, gás e água
Comércio	Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos
Outros Serviços	Alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e comunicações; intermediação financeira; atividades imobiliárias.
Serviços públicos, educação, saúde, etc.	Administração pública, defesa, seguridade social; educação; saúde; outros serviços coletivos sociais e pessoais;
Construção civil	Construção
Extração mineral	Indústria extrativa mineral
Mal especificado e outros	

Dados para a PEA rural, para as quais se dispõe de informações sobre o setor de ocupação, mostram que a agricultura é a ocupação principal para cerca de 36,7% dos residentes rurais pertencentes à PEA, como pode ser observado na Tabela 4 e Figura 2.

Merecem destaque atividades como a de Serviços domésticos (cerca de 14,3% dos ocupados), Indústria de Transformação e Comércio (ambos correspondendo a cerca de 10,3% das ocupações), seguindo-se Serviços e Construção civil, o que nos mostra que as atividades não-agrícolas são responsáveis por quase 2/3 da geração da renda na RMC, fenômeno anteriormente comprovado para as áreas rurais do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo[3].

Um exemplo marcante da importância destas atividades não-agrícolas na RMC, é a produção de flores em Holambra, onde "o município destaca-se no Estado de São Paulo, tendo sido responsável por cerca de 30% do total da produção paulista de flores e plantas ornamentais em 2002" (SEADE, 2006, p. 19).

Tabela 4 – Número e proporção de trabalhadores residentes no meio rural da RMC, por Setor de Atividade da ocupação principal em 2000.

Setor de atividade no trabalho principal	Residentes rurais por ocupação		Rendimento Médio SM
	No. Pessoas	Part. %	
Agricultura	10.507	36,74	3,00
Serviços Domésticos	4.102	14,34	1,68
Industria da transformação	3.081	10,77	4,35
Comércio	2.949	10,31	6,14
Outros Serviços	2.958	10,34	6,43
Serviços públicos, educação, saúde, etc.	2.145	7,50	6,74
Construção civil	1.852	6,48	4,52
Extração mineral	104	0,36	6,37
Não determinado	901	3,15	4,32
TOTAL	28.599	100,00	4,07

Fonte: IBGE. Censo de 2000, microdados.

[3] A pesquisa em andamento ainda não investigou de forma detalhada as várias fontes de rendimentos da PEA residente rural na RMC, para melhor caracterizar a ocupação desta população..

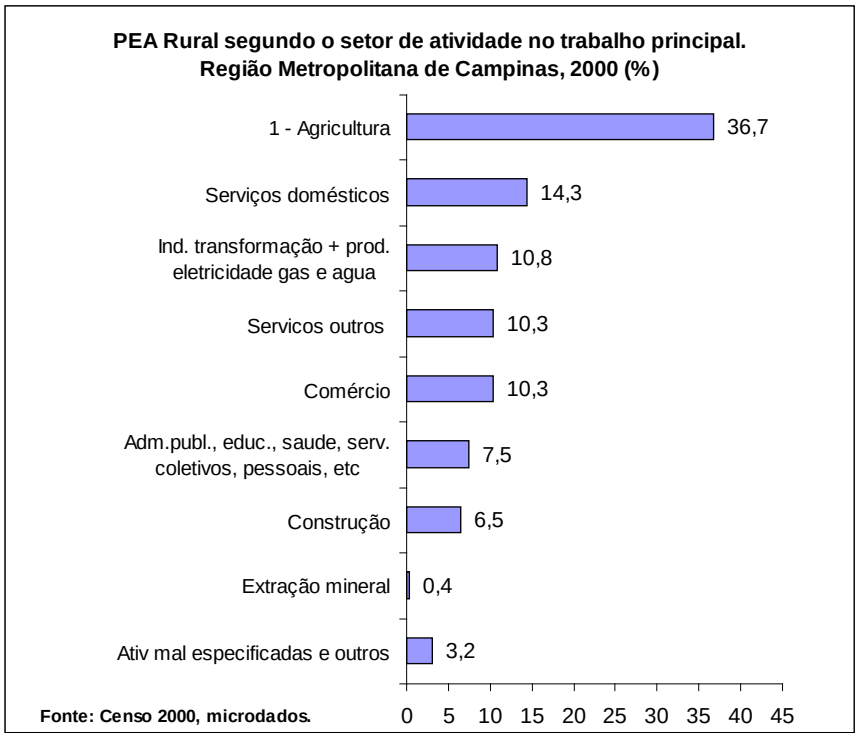

Figura 2 – Proporção de trabalhadores residentes no meio rural na RMC, por Setor de Atividade, em 2000.

Fonte: Censo 2000, microdados.

Quanto à escolaridade - aspecto importante que afeta a empregabilidade da população rural, as informações para a RMC indicam que, para as população ocupada rural, cerca de 67% não possuíam o primeiro grau completo, sendo cerca de 8 % analfabetos (Tabela 5). Cerca de 4,4% estudaram mais que 15 anos, correspondendo, aproximadamente, aos que cursaram a universidade.

Esses resultados são preocupantes, principalmente quando se trata de uma região bastante urbanizada, e das mais ricas do país. Alem disso, possui um setor de serviços bastante sofisticado e várias indústrias de alta tecnologia estão presentes na região. Daí, é de se supor que essa distribuição da educação no rural da RMC deve dificultar a colocação dos trabalhadores de famílias que buscam complementar sua renda em atividades urbanas, restando como opções de atividades que exigem baixo nível educacional e baixa qualificação,

Tabela 5 – Escolaridade da população rural da RMC, em 2000

Anos de Estudo	Número de pessoas	Porcentagem
S/ instrução	2.253	7,88
1 a 3 anos de estudo	5.206	18,20
4 a 7 anos de estudo	11.630	40,67
8 a 10 anos de estudo	4.430	15,49
11 a 14 anos	3.525	13,03
15 anos ou mais	1.258	4,40
Não determinado	50	0,17
Alfabetização de adultos	45	0,16

Fonte: Censo 2000, microdados

Dados da Tabela 6 mostram que para a PEA rural, as pessoas com menor nível de instrução, em geral se dedicam à agricultura, seguindo-se extração mineral, serviços domésticos e construção civil. Para esses setores, a porcentagem de pessoas com menos de 8 anos de estudo é superior a 72% (construção civil), chegando a 80% para empregados agrícolas, 84% para servidores domésticos e 90% na extração mineral. Nos serviços, comércio e indústria de transformação, quase 50% tinham primeiro grau completo (mais de 8 anos de estudo). Para as atividades ligadas ao serviço público, saúde e educação, colocam-se com mais facilidade os trabalhadores residentes com mais de 11 anos de estudo, ou seja, segundo grau completo e grau universitário. Portanto, nota-se que as novas formas de geração ou complementação de renda para os residentes rurais na RMC são limitadas pela educação formal, que se associa tanto à qualidade do emprego, como à renda.

De fato, pela Tabela 7 é possível verificar que apenas 17,7% dos trabalhadores pertencentes à PEA rural na RMC declararam que contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), sendo que para aqueles ocupados na própria agricultura, na construção civil e nos serviços domésticos essa porcentagem de contribuintes não chega a 13%, caracterizando a alta precariedade dos empregos aos quais os residentes rurais têm acesso na RMC. Vale notar que para esta pergunta há apenas 40% de respostas válidas.

Tabela 6 – Anos de Estudo da população rural da RMC, em 2000, por grupo de atividade.

	Estratos de anos de estudo: porcentagem por grupo de atividade								
Grupo de atividade	Sem Instr.	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 ou mais	Alfab. Adult.	Não determ	Total
Agricultura	12,17	22,69	44,61	12,45	6,91	0,87	0,07	0,22	100
Empregado Domést.	8,97	27,11	48,27	11,68	3,53	0	0,44	0	100
Comércio	4,10	11,90	31,73	21,29	25,22	5,60	0	0,17	100
Ind. Transformação	4,87	11,39	34,01	22,82	21,87	4,80	0	0,23	100
Construção civil	8,27	18,80	45,59	12,70	8,43	1,08	0,32	0,81	100
Outros Serviços	2,84	9,36	37,55	17,78	23,45	9,02	0	0	100
Serv. Pub. educ., saúde, etc.	1,17	8,48,	23,31	17,44	24,20	25,41	0	0	100
Extração mineral	10,58	55,77	24,04	9,61	0	0	0	0	100
Mal especificado e outros	6,89	15,91	47,27	18,57	7,45	2,45	1,44	0	100
Todos os grupos	7,88	18,20	40,67	15,49	13,03	4,40	0,16	0,17	100

Fonte: IBGE. Censo de 2000; microdados.

Tabela 7 – PEA rural na RMC em 2000: Contribuição para o INSS por atividade em 2000. (Em %)

	Contribuinte do INSS	
Atividade da PEA com residência rural	sim	não
Agricultura	12,5	87,5
Empregada Doméstica	9,5	90,50
Indústria da transformação	18,8	81,2
Comércio	27,8	72,2
Construção civil	11,2	88,8
Outros Serviços	33,6	66,4
Serviços públicos, educação, saúde, etc.	36,2	63,8
Extração mineral	34,6	65,4
Não determinado	27,6	72,4
Total	17,74	82,25

Fonte: IBGE. Censo de 2000; microdados.

Investigando os rendimentos no trabalho principal da PEA rural na RMC, verifica-se pela Tabela 8 que em 2000 o rendimento médio no trabalho principal era de pouco mais de 4 salários mínimos (SM) mensais. Nota-se também que os rendimentos médios na agricultura e nos serviços domésticos situavam-se bem abaixo da média: 3,0 e 1,68 SM mensais, respectivamente. As atividades de serviços - serviço público, saúde, educação, comércio e outros -, foram as que apresentaram maiores remunerações médias.

Pela distribuição dos rendimentos nos estratos definidos nessa tabela, cerca de 67,6% dos trabalhadores residentes no meio rural ganhavam, em média, até 3 SM mensais em seu emprego principal. Para os ocupados na agricultura, esse percentual era de 78,3 %, e para os empregados domésticos, quase 94%. Nota-se ainda, em todos os grupos de atividades, uma concentração dos salários nos estratos inferiores. Quando se reporta às análises feitas anteriormente sobre educação e contribuição à previdência social, constata-se que as categorias de atividades com menores rendas são também as que apresentam menores níveis de escolaridade e menor formalização da ocupação junto ao INSS.

Tabela 8 – Rendimentos mensais médios no trabalho principal da PEA rural, em salários mínimos (SM), por grupos de atividade e estratos de renda. Região Metropolitana de Campinas, 2000.

Estratos de renda (SM)	Agricultura		Extração mineral		Ind. Transf. + Prod. Eletric., gás e água		Construção		Comércio	
	%	Rend. SM	%	Rend. SM	%	Rend. SM	%	Rend. SM	%	Rend. SM
0 a 1	17,36	0,82	10,52	0,66	5,86	0,85	4,87	0,86	9,39	0,79
> 1 a 2	44,91	1,56	30,06	1,88	23,21	1,71	23,59	1,75	24,61	1,72
> 2 a 3	16,04	2,52	22,20	2,65	25,26	2,51	23,57	2,51	20,02	2,53
> 3 a 5	12,24	3,73	21,55	4,64	25,53	3,76	26,92	3,80	17,55	3,66
> 5 a 10	5,41	6,72	-	-	15,50	7,20	17,46	6,85	15,73	7,29
>10 a 20	2,54	16,06	-	-	2,84	15,89	2,31	14,38	9,13	15,55
> 20	1,50	35,03	15,66	26,49	1,81	40,94	1,28	72,15	3,57	53,92
Rend.Médio		3,00		6,37		4,35		4,52		6,14

Estratos de renda (SM)	Serviços outros		Adm.Pub., Educ. Saúde, Serv. Coletiv./pessoais		Serviços domésticos		Ativ. mal especificadas e outros		TOTAL	
	%	Rend. SM	%	Rend. SM	%	Rend. SM	%	Rend. SM	%	Rend. SM
0 a 1	7,10	0,86	7,77	0,80	30,64	0,84	3,22	0,81	17,36	0,82
> 1 a 2	24,66	1,71	16,51	1,74	46,66	1,58	20,99	1,75	44,91	1,56
> 2 a 3	22,35	2,53	20,03	2,56	16,36	2,54	22,07	2,51	16,04	2,52
> 3 a 5	14,29	3,78	20,53	4,01	5,87	3,84	24,08	3,87	12,24	3,73
> 5 a 10	18,15	7,23	20,69	7,21	0,46	8,94	24,86	6,76	5,41	6,72
>10 a 20	8,88	14,59	8,73	14,47	-	-	3,36	12,75	2,54	16,06
> 20	4,57	48,85	5,74	40,00	-	-	1,43	23,18	1,50	35,03
Rend.Médio		6,43		6,74		1,68		4,32		

Fonte: Censo 2000, microdados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio rural brasileiro passou por profundas mudanças, determinadas, em grande parte, pelo processo inovação tecnológica e a modernização da agricultura. Em uma estrutura agrária já bastante desigual, a modernização contribuiu para o fortalecimento da grande produção, agora tecnificada e voltada para o mercado, enquanto que, para a pequena produção os efeitos foram adversos, pela dificuldade de adoção das chamadas tecnologias modernas, fortemente apoiadas no crédito rural. A grande expansão da agricultura no Brasil nas últimas décadas, calcada na modernização agrícola e ampliação dos mercados para commodities, resultou em aumento modesto do emprego em algumas culturas; porém, de uma forma geral, foi o setor que mais fechou vagas na década de 90, tendo como causa aspectos ligados à tecnologia. A migração para os centros urbanos foi uma decorrência inevitável desse processo.

A modernização e a formação de complexos agroindustriais no Brasil em anos recentes foram acompanhadas por mudanças no rural, que deixou de ser simplesmente agrário e incorporou novas atividades ao seu cotidiano. Na RMC, fatores associados à intensa urbanização e desenvolvimento econômico da região somam-se às transformações na agricultura, constituindo-se em atrativos para que o residente rural busque as atividades não-agrícolas como fonte de rendimentos. A grande proximidade entre o rural e o urbano em regiões conurbadas como a RMC propiciam o desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural.

É nesse contexto que este trabalho busca caracterizar PEA rural da RMC, seu peso entre os ocupados na região, rendimento no trabalho principal, escolaridade e atividades nas quais se ocupam, tendo em vista a importância das atividades não-agrícolas para a geração de renda do trabalho principal dessa população. Nesse sentido, pretende ser uma contribuição ao estudo da pluriatividade na RMC, devendo-se observar que, limitações da base de dados impedem que sejam identificadas as atividades nos demais trabalhos.

As informações disponíveis para a PEA rural da RMC mostraram que apenas 36,7% têm a agricultura como trabalho principal, sendo os demais se apóiam em atividades não-agrícolas como trabalho principal, destacando-se entre estas os Serviços domésticos, a Construção civil, e atividades na Indústria de Transformação, Comércio, Serviços. Características educacionais dessa população constituem-se limitações a sua colocação em setores de melhores remunerações, já que cerca de 67% não possuem o primeiro grau completo, e apenas 3%, o diploma universitário.

Esses resultados são preocupantes, por se tratar de região das mais desenvolvidas do país, quanto à indústria e aos serviços. Daí, as baixas remunerações médias pagas no trabalho principal, indicando que opções de atividades que se abrem a essa população de baixa escolaridade exigem baixa qualificação e oferecem, também, salários mais baixos. A precariedade no trabalho também é constatada pela pequena porcentagem da PEA rural que contribui para o INSS. As categorias de ocupações de menores rendas são também as que apresentam menores níveis de escolaridade e menor formalização da ocupação junto ao INSS.

Os resultados fornecem indicativos de que, também na RMC, há que se investir na educação da população rural, como forma de propiciar melhores colocações no mercado de trabalho e aumento da renda.

Referências Bibliográficas

CANO, W.; BRANDÃO, A. C. (org.). **A Região Metropolitana de Campinas** 1ª. ed. Vol. 1 e 2. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, p. 9- 395.

CERQUEIRA, S. P.; ROCHA, G. A. Agricultura Familiar e o Pronaf: elementos para uma discussão. **Bahia análise & Dados**, v. 12, n. 3, p. 105-117, Bahia, 2002.

FERNANDES, F. Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos. **Folha de São Paulo**, Caderno B, página 1, 18 de janeiro de 2004.

FERREIRA, B. ; BALSADI, O. V. ; FREITAS, R. E. ; ALMEIDA, A. N. . Ocupações agrícolas e não-agrícolas: trajetória e rendimentos no meio rural brasileiro. In: Negri, J.; Negri, F.; Coelho, D.(org.). **Tecnologia, Exportação e Emprego**. 1 ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2006, v.1 , p. 445-488.

FIGUEIREDO, N.M.S. e CORRÊA, A.M.C.J.. Tecnologia na agricultura brasileira: indicadores de modernização no início dos anos 2000. **Texto para Discussão** No. 1163. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

FUNDAÇÃO SEADE. **Estrutura Econômica da Região Metropolitana de Campinas**. São Paulo. p. 1-29. Maio de 2006 (Relatório)

GASQUES, J. G.; REZENDE,G. C.; VILLA VERDE, C. M.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; CARVALHO, J. C.; SALERNO, M. S. **Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil**. Brasília, IPEA, nov. 2003. 39 p. (Relatório técnico)

GRAZIANO DA SILVA, J. O **Novo Rural Brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1997.(Relatório do projeto RURBANO)

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados.** vol.15 no.43 São Paulo Set./Dec. 2001

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, E.M. **A Evolução das Rendas e Atividades Rurais Não-Agrícolas no Brasil**. Campinas: IE/UNICAMP, 2004. (Relatório do Projeto RURBANO)

HOFFMANN, R.; NEY, G. M. Desigualdade, Escolaridade e Rendimento das Pessoas Ocupadas na Agricultura Brasileira, de 1992 a 2001. **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 51-79, jul./dez. 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 2000 (microdados). Brasília. 2000.

KAGEYAMA, A. Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. **Texto para Discussão IE/UNICAMP**. Nº 112. Campinas. 2004.